

INDICE GERAL

CAPÍTULO I. AS DIMENSÕES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	15
1. Perspectiva filosófica ou jusnaturalista	15
2. Perspectiva estadual ou constitucional	19
3. Perspectiva universalista ou internacionalista	24
4. Uma dimensão constitucional positiva	35
CAPÍTULO II. OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO CONTEXTO DA SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA	49
1. A concepção liberal originária	49
2. O processo de democratização	51
3. Os fenómenos de socialização	54
4. As tendências actuais	59
5. Uma história sem fim e a perenidade de uma tradição	65
CAPÍTULO III. O CONJUNTO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA DE 1976	69
1. A matéria dos direitos fundamentais	70
2. A unidade de sentido do sistema dos direitos fundamentais	90
CAPÍTULO IV. DIREITOS SUBJECTIVOS E DIMENSÕES JURÍDICAS OBJECTIVAS DO SISTEMA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	105
1. A dupla dimensão dos direitos fundamentais	105
2. Características essenciais do conceito de direito subjectivo fundamental	109

3. As dimensões objectivas	130
3.1. Garantias institucionais	131
3.2. Eficácia externa e dever estadual de protecção	133
3.3. A organização e o processo	137
3.4. A «re-subjectivização» das dimensões objectivas	140
3.5. Outros efeitos normativos	144
4. Os deveres fundamentais	145

CAPÍTULO V. ESTRUTURA E TIPOS DE DIREITOS SUBJECTIVOS FUNDAMENTAIS: OS DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS E OS DIREITOS SOCIAIS	157
1. A complexidade estrutural	158
2. A heterogeneidade do conteúdo	161
3. A variedade de tipos e de classificações	162
4. Direitos, liberdades e garantias e direitos económicos, sociais e culturais	167
5. O regime dos direitos, liberdades e garantias	181

CAPÍTULO VI. A FORÇA JURÍDICA DOS PRECEITOS RELATIVOS AOS DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS	189
1. O paradoxo substancial dos direitos fundamentais	189
2. A aplicabilidade directa dos preceitos constitucionais	191
3. A vinculação entidades públicas	203
3.1. Os vínculos do legislador	203
3.2. As obrigações da Administração Pública	216
3.3. A vinculação das restantes entidades públicas	222

CAPÍTULO VII. OS DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES ENTRE PARTICULARES	227
1. A história do problema	228
1.1. Posições tradicionais	232
1.2. Os deveres de protecção estadual perante terceiros	236
2. O problema na Constituição portuguesa	239
3. Os direitos, liberdades e garantias nas relações privadas de poder	242
4. Os direitos, liberdades e garantias nas relações privadas típicas	247

5. O critério normativo para a resolução dos conflitos	251
6. A aplicação do princípio da igualdade nas relações privadas	255

CAPÍTULO VIII. OS LIMITES E AS LIMITAÇÕES DOS DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS NAS SITUAÇÕES DE CONFLITO	261
1. Limites e limitações, harmonização e restrição de direitos	261
2. Delimitação do âmbito normativo: os limites imanentes	269
3. As restrições legislativas	274
4. As colisões ou conflitos de direitos	294
5. A auto-limitação dos direitos	303

CAPÍTULO IX. A TUTELA DOS DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS	309
1. A protecção jurídico-institucional	310
2. Os remédios	334

CAPÍTULO X. O REGIME DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS	351
1. Introdução	351
2. Os direitos fundamentais sociais como posições jurídicas subjectivas	353
3. A força jurídica dos preceitos relativos aos direitos sociais	357
4. A tutela dos direitos sociais	376